



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS - GO

## S E R V I Ç O   D E   P R O T O C O L O

DATA DA ENTRADA

EXERCÍCIO

NR. DO PROCESSO

15/01/18

2019

**006/19**

Interessado: PREFEITO MUNICIPAL.

Localidade: Anápolis - Go

Data do Papel: 15 de janeiro de 2019

CLASSIFICAÇÃO DO ASSUNTO

CLASSIFICAÇÃO ALFABÉTICA

Projeto de Lei Complementar

**ASSUNTO:** Alteram dispositivos da Lei Complementar nº 212 de 22 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a estrutura do plano de cargos, carreiras e vencimentos da administração direta, autarquias e fundações do Município de Anápolis.



OFÍCIO Nº 010/2019 – PL

Anápolis, 15 de janeiro de 2019

Excelentíssimo Senhor  
Vereador LEANDRO RIBEIRO DA SILVA  
DD. Presidente da Câmara Municipal

Senhor Presidente,

Encaminho para apreciação de Vossa Excelência e dignos Pares, o incluso Projeto de Lei Complementar nº 003/2019, que ALTERAM DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 212 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS, apresentando, para tanto, as seguintes,

JUSTIFICATIVAS:

A propositura do presente Projeto de Lei faz-se necessário diante da necessidade de uma melhor readequação a fim de que os propósitos da lei sejam alcançados, bem como a necessidade da existência de estudo de impacto financeiro que demonstre o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. O estudo em questão demonstra que a presente propositura está devidamente adequada ao limite prudencial.

Assim, considerando também a necessidade de incentivo à formação e aperfeiçoamento do servidor público municipal, solicitamos a apreciação e aprovação da presente propositura por esta Casa de Leis.

Atenciosamente,

Roberto Naves e Siquera  
PREFEITO DE ANÁPOLIS

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003, DE 15 DE JANEIRO DE 2019**



ALTERAM DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 212 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS** aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL **sanciono** a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** - Ficam alterados os artigos 30-A e 30-B da Lei Complementar nº 212/2009, que passam a vigorar nos seguintes termos:

**“Art. 30-A.** Será concedida ao servidor público municipal estável que estiver atuando no âmbito da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Município de Anápolis, cumprido integralmente o estágio probatório no desempenho de suas funções, **ADICIONAL DE TITULAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO**, mediante a apresentação de certificado ou certificados de aprimoramento, aperfeiçoamento profissional ou pós-graduação, sem prejuízo da promoção prevista no Capítulo IV da Lei Complementar nº 212/2009.

**§1º.** Para a concessão do **ADICIONAL DE TITULAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO** que trata o caput deste artigo só serão considerados os cursos com duração mínima de 30 (trinta) horas, oferecidos na modalidade presencial ou à distância, nos quais o servidor estável tenha obtido aproveitamento igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento).

**§2º.** Para os cursos presenciais será exigida a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do curso.

**§3º.** Os cursos de que trata o § 1º deverão ser autorizados pelo Conselho competente ou ministrados por instituições de ensino oficial ou credenciadas por órgão oficial, observando-se a sequência cronológica.

**§4º.** Regra geral, para pleitear o **ADICIONAL DE TITULAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO**, não pode o servidor estável utilizar o título de que lhe tenha resultado concessão de enquadramento ou progressão vertical. Excepcionalmente, referido título poderá ser utilizado para pleitear o adicional se apresentado uma única vez dentro do primeiro período de concessão, conforme estipulado nos parágrafos quinto e sexto seguintes.

**§5º.** Para requerer o **ADICIONAL DE TITULAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO**, os servidores deverão dar entrada através de processos, com juntada da documentação, até 30 de maio e 30 de outubro de cada ano.



REPÚBLICA DE GUINÉ-BISSAU  
GOVERNO DA GUINÉ-BISSAU  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA

**§6º.** A concessão do ADICIONAL DE TITULAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO deverá ocorrer sempre nos dias 01 de julho e 01 de dezembro de cada ano civil.

**§7º.** A concessão do ADICIONAL DE TITULAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO, requeridos e analisados nos termos da presente Lei Complementar até janeiro de 2019, será concedido a partir de janeiro de 2019.

**§8º.** Será observado o lapso de 03 (três) anos para aquisição de um novo ADICIONAL DE TITULAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO, devendo a primeira concessão ocorrer apenas em um nível superior ao de ingresso no cargo do servidor.

**Art. 30-B.** O ADICIONAL DE TITULAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO será calculado sobre o vencimento-base na referência que o servidor ocupar, garantida sua incorporação, à razão de:

**I** - 35% (trinta e cinco por cento), para doutorado, com defesa e aprovação de tese na área relativa ao cargo.

**II** - 32% (trinta e dois por cento), para mestrado, com defesa e aprovação de tese na área relativa ao cargo.

**III** - 30% (trinta por cento), para especialização, em curso superior na área relativa ao cargo.

**IV** - 25% (vinte e cinco por cento), para escolaridade superior na área relativa ao cargo.

**V** - 20% (vinte por cento), para um total igual ou superior a 600 (seiscentas) horas de curso de aperfeiçoamento na área relativa ao cargo;

**VI** - 15% (quinze por cento) para um total igual ou superior a 500 (quinhentas) horas de curso de aperfeiçoamento na área relativa ao cargo;

**VII** - 12% (doze por cento) para um total igual ou superior a 400 (quatrocentos) horas de curso de aperfeiçoamento na área relativa ao cargo.

**VIII** - 10% (dez por cento) para um total igual ou superior a 300 (trezentas) horas de curso de aperfeiçoamento na área relativa ao cargo.

**IX** - 7% (sete por cento) para um total igual ou superior a 200 (duzentas) horas de curso de aperfeiçoamento na área relativa ao cargo.

**X** - 5% (cinco por cento) para um total igual ou superior a 100 (cem) horas de curso de aperfeiçoamento na área relativa ao cargo.

**§1º.** Os totais de horas de que tratam os incisos V, VI e VII deste artigo poderão ser alcançados em um só curso ou pela soma da duração de mais de um curso, desde que observado o limite mínimo previsto no parágrafo primeiro do artigo anterior e concluídos após o ingresso no cargo.

**§2º.** Os percentuais previstos nos incisos I até VII não são cumulativos, sendo que o maior exclui o menor.”.



**Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**

**MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS, 15 de janeiro de 2019.**

**ROBERTO NAVES E SIQUEIRA**  
Prefeito de Anápolis

**GERALDO LINO E RIBEIRO**  
Secretário Municipal da Fazenda

**MAKS WILSON LOUZADA**  
Secretário Municipal de Governo e Recursos Humanos



**Câmara Municipal de Anápolis - GO de Anápolis - GO**  
**Sistema de Apoio ao Processo Legislativo**

**RECIBO DE ENVIO DE PROPOSIÇÃO**

Código do Documento: **P3305ad8773d2d3d6bed371219fc352b7K7853**

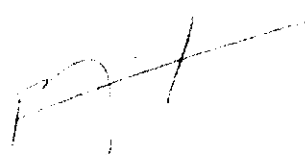
Autor: **Prefeito - prefeito**

Tipo de  
Proposição:  
**Projeto de Lei  
Complementar**

Data de Envio:  
**15/01/2019  
18:33:05**

Descrição: **PLC Nº 003/2019 - ALTERAM DISPOSITIVOS DA LEI  
COMPLEMENTAR Nº 212 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE DISPÕE  
SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E  
VENCIMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E  
FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS**

Declaro que o conteúdo do texto impresso em anexo é idêntico ao conteúdo enviado eletronicamente por  
meio do sistema SAPL para esta proposição.

  
\_\_\_\_\_  
Prefeito - prefeito





**CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE ANÁPOLIS**

## COMISSÃO CONJUNTA

NOMEAMOS RELATOR(A) VEREADOR(A):

Ray. Geli Lourey

EM 58 / 01 / 2014

[Signature]

PRESIDENTE

(PRAZO REGIMENTAL PARA EMISSÃO DE PARECER, DURANTE A REUNIÃO – PEDIDO DE VISTA CEDIDO UMA VEZ, PRAZO DE 24 HORAS PARA DEVOLUÇÃO – ART. 168, VII – R.L.)

**PARECER EM ANEXO**



**CÂMARA  
MUNICIPAL**  
DE ANÁPOLIS

Número do Processo: 6/19.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Comissão de Direito do Servidor Público e do Trabalho.

Comissão de Finanças, Orçamento e Economia.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR. ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 212 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. OBEDIÊNCIA AO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA.

## **1 – RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei Complementar de autoria do Prefeito que altera dispositivos da Lei Complementar nº 212 de 22 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a estruturação do plano de cargos, carreiras e vencimentos da administração direta, autarquias e fundações do Município de Anápolis.

Segundo a justificativa, “a propositura do presente Projeto de Lei faz-se necessário diante da necessidade de uma melhor readequação a fim de que os propósitos da lei sejam alcançados, bem como a necessidade da existência de estudo de impacto financeiro que demonstre o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal”.

## **2 – FUNDAMENTAÇÃO**

### **2.1 – DA CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE MATERIAL DA PROPOSTA**

A Constituição Federal de 1988 estabelece que compete privativamente ao Presidente da República exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal (art. 84, II). Este mandamento aplica-se também aos Governadores e Prefeitos e seus respectivos Secretários, conforme ensina Pedro Lenza (Direito Constitucional Esquematizado, 20ª ed. 2016):

As hipóteses previstas na Constituição Federal de iniciativa reservada do Presidente da República, pelos princípios da





simetria e da separação de Poderes, devem ser observadas em âmbito estadual, distrital e municipal, ou seja, referidas matérias terão de ser iniciadas pelos Chefes do Executivo [...]

Sendo assim, a proposição é materialmente constitucional e legal, pois o tema nela tratado não afronta qualquer preceito ou princípio da Carta Magna e do restante da legislação em nosso ordenamento jurídico; pelo contrário: visa a justamente concretizar os seus mandamentos. Passemos, então, ao estudo de a quem compete legislar sobre o assunto.

## **2.2 – DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO PARA LEGISLAR ACERCA DA MATÉRIA**

Segundo Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo, “a repartição constitucional de competências é a técnica utilizada para distribuir entre as pessoas políticas de um Estado do tipo federativo as diferentes atividades de que ele é incumbido” (Direito Administrativo Descomplicado, 25. ed., 2017, p. 832). Isso, é claro, com o intuito de gerar um certo grau de equilíbrio entre as diferentes entidades que compõem a República brasileira.

Em nosso país, a nossa Lei Maior fixou atribuições à União, aos Estados e Distrito Federal e aos Municípios. Buscando a forma como a matéria discutida é tratada no texto constitucional, percebemos que ela não consta no rol de competência privativa federal (art. 22 da Constituição Federal) e não há norma alguma aduzindo que se trata de competência privativa estadual.

Por outro lado, os incisos I e II do artigo 30 da Carta Magna estipula que compete aos Municípios legislar sobre assunto de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber. Ora, a estruturação do plano de cargos, carreiras e vencimentos da administração direta, autarquias e fundações da cidade se amolda a esses dispositivos constitucionais.

Destarte, é permitido que o Projeto verse sobre a matéria, pois inexistente a chamada inconstitucionalidade formal orgânica, que é aquela que incide quando um ente federativo não observa a competência de outro ente para criar normas acerca de um tema. Segue-se, então, à análise da competência para iniciar o processo legislativo.

## **2.3 – DA INICIATIVA LEGISLATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO**



O processo legislativo, segundo Pedro Lenza (Direito Constitucional Esquemático, 21. ed., 2017, p. 613), “consiste nas regras procedimentais, constitucionalmente previstas, para a elaboração das espécies normativas, regras estas a serem criteriosamente observadas pelos ‘atores’ envolvidos no processo”. O mesmo doutrinador divide-o em 3 fases, quais sejam: iniciativa, constitutiva e complementar.

O que nos importa nesta análise é a primeira delas. Existe, em nosso ordenamento jurídico, algumas hipóteses de deflagração, como a geral, em que a nossa Lei Maior atribui competência a uma gama de pessoas e órgãos (art. 61, *caput*). E também a privativa, que é aquela em que somente determinada autoridade, de forma exclusiva, pode iniciar o processo legislativo.

A Constituição Federal determina que é de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre servidores públicos da União e Territórios e seu regime jurídico (art. 61, §1º, II, c). A mesma observação acima feita se aplica aqui: este dispositivo, com base no princípio da simetria, aplica-se também aos Governadores e Prefeitos e os respectivos servidores públicos dos Estados e Municípios.

Além disso, a Lei Orgânica do Município, no inciso III de seu artigo 54, aduz que compete privativamente ao Chefe do Executivo local a iniciativa de proposições de lei que disponham sobre regime jurídico dos servidores. Como a proposta foi apresentada justamente por essa autoridade, tal mandamento foi observado e, sendo assim, não há que se falar em vício de inconstitucionalidade formal subjetivo em seu texto.

## **2.4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A forma escolhida, qual seja, proposição de Lei Complementar, é correta, pois, em que pese não haver necessidade de mudança na Lei Orgânica do Município (art. 48 desse Diploma Legal) e não haver delegação legislativa (art. 51), o tema, qual seja, Estatuto dos Servidores Municipais, se apresenta entre aqueles que devem ser regulados por Lei Complementar (inciso III, do artigo 49).

Por fim, o Regimento Interno desta Casa explica que a iniciativa dos Projetos de Leis Complementares cabe a qualquer Vereador, Comissão da Câmara, ao Chefe do



**CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE ANÁPOLIS**

Executivo local e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos na Lei Orgânica do Município e serão apreciados em 2 (dois) turnos de votação, conforme o seu artigo 98.

### 3 – CONCLUSÃO

Ante o exposto, tendo em vista que foram observados os preceitos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno da Câmara, além do restante do ordenamento jurídico pátrio, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a Comissão de Direito do Servidor Público e do Trabalho e a Comissão de Finanças, Orçamento e Economia manifestam-se **FAVORAVELMENTE** à proposição aqui discutida.

É o parecer.

Anápolis, 18 de janeiro de 2019.